



Poder Legislativo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU – PA**  
Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJRF)

**EMENDA SUPRESSIVA N.º 001/2025-CMSFX**

**COMISSÕES:** Legislação, Justiça e Redação Final (CLJRF).

**PROCESSO N.º:** Projeto de Lei Complementar nº 011/2025 (16 de setembro de 2025).

**NATUREZA:** Revoga dispositivos de leis municipais que estabelecem vinculação remuneratória e dá outras providências.

**ORIGEM:** Poder Executivo.

**RELATORIA:** Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJRF).

**Objeto:** Supressão do inciso II do art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 011/2025.

**Onde se lê:**

II. O art. 18 da Lei Complementar Municipal nº 494/2014, que vincula ao subsídio do Controlador Interno ao subsídio do Prefeito Municipal;

**Leia-se:**

*(Suprime-se o inciso II do art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 011/2025 — texto excluído.)*

**Justificativa:**

A presente emenda supressiva tem por objetivo retirar do rol de dispositivos expressamente revogados (inciso II do art. 1º) a menção à revogação do art. 18 da Lei Complementar Municipal nº 494/2014, que trata da vinculação remuneratória do subsídio do Controlador Interno ao subsídio do Prefeito Municipal.

A manutenção do referido dispositivo legal no ordenamento reveste-se de importância para garantir previsibilidade remuneratória e, sobretudo, a independência técnica e administrativa do cargo de Controlador Interno. A vinculação estabiliza a composição salarial do órgão de controle interno, evitando tratamentos remuneratórios que possam gerar insegurança jurídica ou desestímulo à ocupação do cargo por profissionais qualificados. Além disso, a supressão da revogação evita possíveis impactos financeiros e normativos não previstos em caráter imediato, preservando o equilíbrio das estruturas remuneratórias municipais até que seja promovida reforma específica e detalhada que avalie, de forma técnica e transparente, eventual desvinculação ou readequação.

Portanto, apresentamos como justificativa a necessidade de supressão do texto do Projeto de Lei Complementar nº 011/2025 o dispositivo que revoga o artigo 18 da Lei Complementar nº



Poder Legislativo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU – PA**  
Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJRF)

494/2014, tendo em vista que o referido dispositivo já se encontra tacitamente revogado pela Lei Complementar nº 133/2019, a qual disciplinou integralmente a matéria relativa à remuneração do cargo de Controlador Interno, tornando desnecessária nova revogação expressa.

Por estas razões, esta Comissão entende ser medida de prudência e responsabilidade manter em vigor o art. 18 da Lei Complementar nº 494/2014, suprimindo, portanto, o inciso II do art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 011/2025.

**Ver. Gércica da Silva Magalhães (PODE)**  
Presidente da CLJRF

**Ver. Gonçalo de Sousa Araújo (MDB)**  
Relator da CLJRF

**Ver. João Marcus Tavares (PP)**  
Membro da CLJRF